



## **AS MÚLTIPLAS ESCALAS DO AGIR POLÍTICO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – RIO DE JANEIRO**

Autor(a): Suelen Santos Vanna

### **INTRODUÇÃO**

A história da sociedade é marcada por disputas de poder entre diferentes agentes que, em suas práticas, tensionam e redefinem os rumos da vida coletiva. Nesse contexto, os movimentos sociais emergem como forças antagonistas à ordem dominante, propondo alternativas e disputando projetos de sociedade que desafiam estruturas consolidadas. Entre esses movimentos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destaca por sua capacidade de articular lutas em múltiplas escalas.

A análise dos movimentos sociais, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como um campo de reflexão em diversas ciências. A Geografia, na década de 1970, aproximou-se da temática buscando compreender as ações desses agentes de transformação social. Autores como Santos (2011) destacam que tais movimentos não podem ser compreendidos sem considerar o espaço geográfico em que se manifestam, já que suas ações se materializam em pontos específicos do território. Nessa mesma direção, Porto-Gonçalves (2004) reforça que os movimentos sociais constroem e disputam suas práticas no espaço, revelando que, mesmo quando não há uma disputa territorial explícita, a Geografia desempenha papel central na interpretação das relações sociais e das múltiplas escalas de atuação.

No espaço agrário, os movimentos sociais enfrentam múltiplas formas de dominação impostas pelo sistema capitalista. No contexto brasileiro, o agronegócio representa a principal expressão do grande capital, configurando-se como agente hegemônico na organização do território. Em contraposição, o MST emerge como ator político, articulando uma frente de resistência às ações do agronegócio e propondo alternativas baseadas na justiça social e na reforma agrária.

Este trabalho enfatiza as práticas e estratégias socioespaciais das mulheres no MST. A pesquisa procura contribuir para a produção de conhecimento sobre gênero no espaço agrário brasileiro, refletindo sobre trajetórias, práticas e discursos reiterados ou rearticulados por mulheres, e evidenciando a importância dessas contribuições para o Movimento. Assim,



reafirma-se o papel das mulheres na formação e manutenção do MST a partir das experiências vivenciadas por suas militantes.

O estudo tem como base o projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Rio de Janeiro, no âmbito do doutorado. Trata-se do desdobramento da dissertação de mestrado *O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio de Janeiro*, que buscou dar visibilidade às contribuições das mulheres no MST, destacando suas especificidades, o lugar que ocupam na estrutura social e seu respectivo lugar de fala.

Partimos da premissa de que os movimentos sociais são agentes fundamentais na transformação das estruturas sociais. Nesse sentido, o MST, ao longo de sua trajetória, tem conseguido romper com padrões vigentes e construir novas formas de organização social, pautadas na equidade de gênero, raça, sexualidade e classe.

A Geografia, enquanto campo científico, constituiu-se historicamente com caráter androcêntrico (Silva, 2015), invisibilizando saberes, práticas e experiências das mulheres, especialmente no contexto agrário. Diante disso, este trabalho busca compor o campo das geografias feministas, contribuindo para a produção de conhecimento sobre gênero no campo brasileiro. Ao lançar luz sobre trajetórias, práticas e discursos reconfigurados por mulheres, a pesquisa evidencia sua importância na luta por justiça social e na transformação das estruturas que sustentam desigualdades.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender o protagonismo das mulheres no MST, analisando suas práticas espaciais de resistência e existência contra o modelo imposto pelo agronegócio no estado do Rio de Janeiro, entre 1984 e os dias atuais. Para alcançar esse propósito, busca-se discutir a história do Movimento a partir da perspectiva feminina, identificar as estratégias de luta desenvolvidas pelas mulheres, examinar suas principais agendas políticas e compreender as práticas espaciais que protagonizam.

Enquanto o MST se consolidava e desenvolvia estratégias de luta pela reforma agrária no Brasil, as mulheres camponesas avançavam na conquista de seus direitos como trabalhadoras rurais e reivindicavam participação ativa nos diversos espaços do Movimento. Ao longo dos anos, a luta do MST incorporou novas pautas, fortalecendo redes de solidariedade entre movimentos sociais do campo e da cidade. Esse processo tornou a luta pela terra mais complexa e plural, contribuindo para a formulação de projetos coletivos voltados à transformação estrutural da sociedade brasileira.



As mulheres do MST evidenciam as contradições existentes na produção agrícola ao contestarem o modelo hegemônico vigente. Reivindicam acesso à terra, à água, ao maquinário e às sementes, afirmando que, por meio da matriz agroecológica, seria possível construir novas relações de produção voltadas para o abastecimento da população do campo e da cidade, além de garantir a soberania alimentar. Assim, colocam os assentamentos a serviço da população brasileira e constroem relações anticapitalistas.

## Metodologia

O caderno de campo será utilizado durante as visitas aos espaços de comercialização e aos assentamentos selecionados para a pesquisa. Nesses locais, será possível estabelecer contato com mulheres de diferentes assentamentos, acampamentos e setores do MST, incluindo militantes que atuam na base da produção, na comercialização e nos espaços políticos. Nos assentamentos, a pesquisa buscará investigar as posições ocupadas pelas mulheres, a divisão das lideranças e o papel das militantes históricas. Além disso, serão coletadas histórias de vida que evidenciem a atuação feminina na luta pela terra.

A análise documental será adotada como procedimento metodológico, com o objetivo de compreender a trajetória histórica das mulheres no MST. Entre os materiais selecionados, destaca-se o *Manifesto das Mulheres Sem Terra*, que constitui registro relevante das lutas, reivindicações e formas de manifestação das militantes. Serão examinadas também edições do *Jornal Sem Terra*, artigos, notícias e outras publicações disponíveis no site oficial do Movimento, que evidenciam a atuação das mulheres, suas demandas políticas e o processo de construção de espaços de participação.

Será realizado ainda um levantamento bibliográfico que auxilie no resgate da história das trabalhadoras do campo, com base em monografias, teses e dissertações que abordem a luta das mulheres. Esse levantamento permitirá perceber questões centrais, como soberania alimentar, agroecologia e feminismo camponês e popular.

As entrevistas também comporão a metodologia. Os critérios de escolha das entrevistadas serão suas trajetórias de luta junto ao Movimento e os espaços que ocupam atualmente, evidenciando o protagonismo feminino na reforma agrária popular.



Após as entrevistas, será realizada a análise dos dados empíricos, identificando falas e discursos recorrentes, bem como elementos que surgirem espontaneamente. As entrevistas serão semiestruturadas, permitindo que novas temáticas apareçam durante o processo.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo como objetivo compreender as ações sociais de um grupo específico, as mulheres do MST, a partir das práticas espaciais que protagonizam. A abordagem qualitativa favorece a aproximação entre sujeito investigador e objeto investigado, permitindo aprofundar a realidade social com vistas à sua compreensão crítica. Como aponta Martins (2004), essa perspectiva metodológica possibilita captar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, ampliando a análise para além dos dados.

Parte-se da compreensão de que as mulheres do MST constroem um posicionamento político de antagonismo ao agronegócio, principal expressão do capital no espaço agrário brasileiro. Diante disso, a pesquisa adota como método o materialismo histórico-dialético, que permite analisar as contradições inerentes ao objeto de estudo, considerando que as táticas de luta dessas militantes são formuladas a partir das desigualdades estruturais do sistema capitalista. Ao evidenciar as contradições da luta de classes, essas mulheres introduzem uma nova gramática na disputa pela terra, ampliando o campo de enfrentamento para incluir outras dimensões da dominação, como o gênero. Dessa forma, sua atuação revela a complexidade das opressões e contribui para a construção de práticas emancipatórias no campo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa evidencia a complexidade das práticas políticas e sociais protagonizadas pelas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os resultados revelam que sua atuação não se limita à participação formal nas estruturas organizativas, mas se estende à construção de estratégias de resistência que atravessam diferentes escalas, do corpo ao território, do lar às instituições nacionais e internacionais. Este trabalho reforça como as mulheres do MST articulam suas práticas em diferentes espaços, enfrentando as contradições impostas pelo sistema capitalista e pelo modelo hegemônico de desenvolvimento no espaço agrário.

Vivemos um contexto político, em múltiplas escalas, marcado pelo fortalecimento das lutas contra o sistema capitalista e pela ampliação do debate sobre as hierarquias que o



sustentam. Raça, classe, gênero e sexualidade, entre outras categorias, compõem sistemas interdependentes de opressão, exploração e dominação que se retroalimentam, funcionando como mecanismos estruturantes da reprodução capitalista. Esse cenário exige abordagens críticas e interseccionais capazes de revelar a complexidade das desigualdades e de orientar práticas emancipadoras.

Para compreender como as relações de gênero, classe e raça se estabelecem no sistema capitalista, a pesquisa tem como base os conhecimentos de Marx e Engels (1999), Federici (2016) e Quijano (2010). Dessa maneira, a interseccionalidade será utilizada como metodologia na análise das relações sociais.

Marx e Engels (1999) apresentam uma abordagem crítica da sociedade burguesa industrial, fundamentada na compreensão das relações sociais a partir da divisão de classes. Para os autores, a estrutura social moderna é marcada pela polarização entre burguesia e proletariado, categorias que representam, respectivamente, os detentores dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. Conforme afirmam, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”, evidenciando a centralidade do conflito entre opressores e oprimidos na dinâmica histórica. Nesse sentido, Marx e Engels argumentam que essas classes antagônicas estiveram, ao longo do tempo, em constante enfrentamento.

As contribuições do marxismo são essenciais para a compreensão das relações sociais estruturadas a partir das classes. No entanto, determinadas interpretações marcadas por matrizes eurocêntricas acabaram por limitar o alcance crítico dessa abordagem, negligenciando outras formas de dominação e projetos de emancipação vinculados a categorias como gênero e raça. Essas omissões revelam a necessidade de ampliar o referencial marxista, incorporando perspectivas que reconheçam a complexidade das opressões interseccionais presentes na sociedade contemporânea.

Shanin (1984) postula que, na teoria desenvolvida por Marx, alguns sujeitos foram negligenciados. Segundo o autor, o pesquisador alemão reconhece o seu eurocentrismo, porém não conseguiu dar um salto epistemológico capaz de romper com esse padrão de poder. O materialismo histórico posterior a Marx deixou de lado essa indagação acerca das histórias de sujeitos que ficaram fora da teoria.

Nessa perspectiva, Federici (2017) acrescenta uma nova leitura sobre o desenvolvimento do sistema capitalista ao postular que o processo de acumulação de capital se desenvolveu através do corpo da mulher. A autora constrói uma crítica à teoria marxista,



argumentando que, ao definir o lucro do capitalista como resultado da mais-valia, trabalho não pago ao proletário, Marx desconsiderou o trabalho feminino sem remuneração, elemento que, segundo a autora, está na base do capitalismo.

De acordo com Federici (2017), o trabalho assalariado oferecido pelas fábricas, após a industrialização, era destinado aos homens. As mulheres tiveram o acesso negado e, quando posteriormente conseguiram ingressar nas indústrias, recebiam remuneração inferior à dos homens, podendo inclusive ter seus salários controlados diretamente pelos maridos. Com a dificuldade de acesso ao trabalho assalariado, foram destinadas ao trabalho doméstico, não remunerado.

A desvalorização do trabalho feminino constitui um elemento estrutural no desenvolvimento do sistema capitalista. Mesmo quando as mulheres conseguem transpor os limites impostos ao trabalho doméstico e acessar o mercado assalariado, sua remuneração permanece inferior à dos homens, refletindo desigualdades históricas de gênero. As práticas que sustentaram a consolidação do capitalismo continuam presentes no cotidiano das mulheres, reproduzindo relações de subalternidade. No contexto do MST, as militantes reivindicam o reconhecimento de sua atuação produtiva e política, embora ainda enfrentem obstáculos para a construção de relações igualitárias.

Outro elemento importante apresentado por Federici (2019) é o processo de cercamento do campo que ocorreu na Europa e os novos cercamentos que se desenvolveram no Sul Global. Esse processo baseia-se na privatização das terras, resultando no fim dos territórios coletivizados. No Brasil, o cercamento do campo ocorreu desde a chegada do colonizador e se intensificou com a modernização agrícola e a implementação da Revolução Verde. Esse processo resultou na expulsão de camponeses e no início de uma série de conflitos no campo brasileiro.

O cercamento definiu quem seria o proprietário da terra (homem, cristão, branco e burguês) e empurrou uma parcela da população, principalmente mulheres, ainda mais para a margem da sociedade. No Brasil, uma das marcas desse processo é o fato de que a maioria dos estabelecimentos rurais pertence a homens. O cercamento e o trabalho não remunerado intensificaram a feminização da pobreza, criando dependência econômica das mulheres em relação aos homens, que detinham acesso aos bens necessários para a manutenção da vida.

As contribuições dos autores possibilitam compreender o sistema de dominação capitalista em suas distintas esferas. Essas reflexões partem da sociedade burguesa industrial



para, posteriormente, analisar como essas relações se estabelecem nas zonas periféricas, trazendo à tona a dominação baseada em classe, gênero e raça. Assim, é possível pensar como a criação do “outro” possibilitou a hierarquização da dominação social.

Segundo Alentejano (2007), os movimentos sociais surgem dos conflitos entre classes. Inicialmente, apareceram nas áreas urbanas, vinculados aos trabalhadores fabris. Nesse cenário, tinham como protagonista o operariado e, como antagonista, a burguesia industrial. Os anos 1960 foram marcados pela chegada de novos atores, como mulheres, coletivos negros e estudantes, evidenciando diferentes confrontos na sociedade, relacionados a questões de gênero e raça. A partir desse período, outros protagonistas passaram a compor os movimentos sociais. “Em outras palavras, os movimentos sociais podem ser vistos como expressão dos conflitos de classe e parte integrante destes, ou como uma nova forma de expressão política, independente da problemática das classes sociais e até antagonista a esta” (ALENTEJANO, 2007, p. 6).

Nesse contexto, o MST, fundado em 1984 no município de Cascavel (PR), consolidou-se como um dos principais atores sociais na luta pela terra, reivindicando não apenas o acesso à propriedade rural, mas também a transformação estrutural do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro.

No espaço agrário, os movimentos sociais enfrentam múltiplas formas de dominação impostas pelo sistema capitalista. No Brasil, o agronegócio representa a principal expressão do grande capital, configurando-se como agente hegemônico na organização do território. Em contraposição, o MST emerge como ator político, articulando uma frente de resistência às ações do agronegócio e propondo alternativas baseadas na justiça social e na reforma agrária.

Diante desse cenário, a agroecologia emerge como alternativa política ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural. A proposta agroecológica defendida pelo MST valoriza saberes ancestrais, a preservação da biodiversidade e a autonomia produtiva, contrapondo-se à lógica das monoculturas.

As mulheres camponesas desempenham papel central nesse processo, pois historicamente foram responsáveis pela manutenção de hortas, quintais, sementes crioulas e práticas de cuidado que sustentaram a produção de alimentos para o autoconsumo. Esses conhecimentos, antes restritos à esfera doméstica, vêm sendo incorporados aos agrossistemas dos assentamentos, consolidando a agroecologia como prática técnica, política e cultural. Para as mulheres, a agroecologia representa uma possibilidade de emancipação econômica e política,



pois lhes permite exercer maior autonomia sobre a produção e reconfigurar suas relações com a terra.

Enquanto o Movimento se consolidava e criava estratégias de luta para a implementação de uma reforma agrária popular no Brasil, as mulheres camponesas conquistavam o reconhecimento como trabalhadoras rurais e reivindicavam atuação nos diferentes espaços do MST. Em 2000, foi criado o Setor de Gênero, resultado das reivindicações das militantes por maior participação no Movimento. Essa demanda estava relacionada à necessidade de ampliar o espaço das mulheres nas decisões políticas e na ocupação de cargos com maior visibilidade dentro da organização.

A criação do Setor de Gênero pode ser compreendida como fruto de uma série de eventos marcantes, como a atuação das mulheres no Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a inclusão de um capítulo sobre articulações femininas na primeira edição das normas do MST e a elaboração de um plano de ação contra a desigualdade de gênero no 3º Congresso Nacional do Movimento.

Desde então, o Setor de Gênero passou a discutir as violências cotidianas e as atitudes machistas enfrentadas pelas mulheres do MST, além de buscar dar visibilidade às suas contribuições na construção dos espaços do Movimento. Apesar dos desafios, o MST vem estabelecendo metas para superar as desigualdades de gênero e garantir a inserção de todas e todos como sujeitos atuantes na luta pela terra. A consolidação do Setor de Gênero, nos anos 2000, demonstrou a preocupação do Movimento com a transformação da sociedade, evidenciando ainda mais a importância da luta contra todas as formas de opressão e subordinação exercidas pelo capitalismo.

A articulação entre campo e cidade é outro elemento estruturante das práticas das mulheres do MST no Rio de Janeiro. Por meio das feiras, dos espaços de comercialização, como o Armazém do Campo, e de cozinhas comunitárias, o Movimento tensiona o padrão alimentar hegemônico e leva para a população urbana o debate sobre soberania alimentar, segurança nutricional e os impactos socioambientais do agronegócio. Esses espaços aproximam consumidores urbanos dos assentamentos e acampamentos, ampliando a visibilidade da produção camponesa. Assim, a Reforma Agrária Popular é apresentada como um projeto capaz de transformar não apenas as estruturas fundiárias, mas também o próprio modelo alimentar brasileiro.



As mulheres estão presentes nos diversos espaços geridos pelo Movimento. Essas militantes buscam ampliar a articulação feminina, consolidando uma agenda de luta em que protagonizam ações que dão visibilidade às desigualdades produzidas pelo sistema capitalista. A luta das mulheres Sem Terra evidencia que é necessário lutar pela emancipação da terra, dos corpos e dos territórios, como condição para a construção de novas relações sociais pautadas na igualdade.

Os estudos sobre movimentos sociais datam da década de 1960 e, inicialmente, surgiram nas Ciências Sociais. Na década de 1970, passaram a ser incorporados pela ciência geográfica e, atualmente, estão consolidados como objetos de estudo da Geografia. Isso ocorre porque, segundo Santos (2011), o conjunto de ações desempenhadas pelos movimentos se materializa em pontos específicos do espaço, de modo que não seria possível compreender tais práticas sem uma leitura geográfica.

Masson (2006) defende que o estudo dos movimentos sociais permaneceu, por muito tempo, distanciado das questões relacionadas ao espaço e à diferenciação espacial. Para a autora, o espaço é um conceito fundamental para compreender as relações sociais, uma vez que estas têm início no espaço e nele se desdobram. “Nessa visão, as relações sociais são formadoras do espaço: os processos sociais acontecem no espaço, desdobram-se pelo espaço e, assim o fazendo, dão forma ao próprio espaço” (MASSON, 2006, p. 446).

A autora destaca que a escala é elemento essencial para compreender os movimentos sociais, mas critica a forma como costuma ser trabalhada em ordem crescente, do local ao global. Essa lógica escalar é descrita por Santos (2006) como sistema “babuska” de representação, em que o local se encaixa no regional, este no nacional e, por fim, no global. Para o autor, os fenômenos acontecem em múltiplas escalas, não podendo ser explicados por uma lógica linear.

Assim, a escala se mostra fundamental para a compreensão das relações sociais, definindo os limites espaciais das reivindicações de determinado movimento. Santos (2006) afirma que os movimentos sociais atuam no local, mas suas ações reverberam no regional e no global. Essa perspectiva permite investigar simultaneidades e compreender como elementos distintos se contrapõem no espaço geográfico.

Nesse sentido, torna-se necessário pensar as múltiplas escalas do agir político das mulheres do MST. O debate sobre corpo-território funda uma leitura escalar produzida pelas



militantes, que atuam na escala corpórea, no lar, na roça, na esfera política e institucional, local, nacional e internacional. É preciso reconhecer a potencialidade de cada escala de atuação.

A compreensão das práticas das mulheres do MST exige uma leitura interseccional que considere como gênero, raça e classe operam de forma articulada na produção das desigualdades. A interseccionalidade, permite analisar como as mulheres camponesas vivenciam múltiplas formas de opressão, patriarcado, colonialidade, exploração do trabalho e racismo, e como constroem estratégias de resistência que rompem com o essencialismo presente nos feminismos hegemônicos.

O debate das feministas decoloniais ultrapassa o conceito de gênero, propondo uma transformação da sociedade. Segundo Costa (2017), o pensamento feminista decolonial tem se articulado com movimentos agroecológicos por meio da proposta do “bem-viver”, uma vez que a colonialidade insere a lógica da dominação da natureza, enquanto os movimentos sociais constroem novas possibilidades de desenvolvimento baseadas em conhecimentos tradicionais.

A partir desse debate e da articulação entre o movimento agroecológico e o movimento feminista, o conceito de bem-viver tem sido reivindicado em discursos de lideranças e movimentos como alternativa ao desenvolvimento capitalista antropocêntrico, constituído a partir da divisão arbitrária entre humanidade e natureza (COSTA, 2017, p.5).

A teoria do feminismo decolonial e o ecofeminismo aproximam-se da realidade das mulheres camponesas, articulando-se com suas práticas e discursos. A luta se estabelece com o intuito de promover transformação social e emancipação frente às múltiplas formas de dominação. Nesse contexto, a agroecologia embasa o projeto de reforma agrária popular, que visa transformar a organização do espaço agrário e criar pontes entre trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

Como resultado, pode-se afirmar que, para as mulheres do Movimento, o corpo constitui a primeira escala de dominação e resistência, sendo nele que se manifestam violência, disciplina e também rupturas. O lar e o quintal formam a segunda escala: espaços de reprodução da vida, mas também de criação de tecnologias, práticas agroecológicas e decisões econômicas. A roça se apresenta como território onde se materializam conflitos produtivos, simbólicos e ecológicos, especialmente na disputa entre agroecologia e agronegócio.

As militantes ocupam escalas institucionais locais, estaduais, nacionais e internacionais, reivindicando políticas públicas, participando de marchas, plenárias e encontros, articulando suas agendas e consolidando redes de solidariedade. Essa leitura escalar — corpo, lar, roça,



território e instituições — revela a complexidade da atuação das mulheres e demonstra que a luta pela terra é, simultaneamente, luta pela autonomia dos corpos, pela justiça ambiental, pela soberania alimentar e pela transformação estrutural da sociedade.

Assim, os resultados desta pesquisa evidenciam que a ação das mulheres camponesas no MST transcende a participação formal no Movimento e constitui um conjunto de práticas políticas que reconfiguram territórios, ampliam o alcance da reforma agrária e introduzem novas epistemologias no debate sobre o desenvolvimento do espaço agrário. A partir de seus corpos, quintais, hortas, redes e práticas agroecológicas, essas mulheres disputam modelos de sociedade, propõem alternativas ao capitalismo agroexportador e materializam, na prática, outras formas de organizar a vida, o espaço e a produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres do MST, ao longo de sua trajetória de luta pela terra, construíram redes de articulação com diversos movimentos sociais, como a Via Campesina, com o objetivo de ampliar suas ações políticas e sociais. Internamente, essa articulação tem se concentrado na organização das atividades do 8 de março, data que se consolidou como uma das principais agendas de luta protagonizadas pelas militantes. A interação com outros movimentos ocorre, sobretudo, por meio da participação em marchas e eventos, nos quais as militantes são convidadas a atuar, ainda que nem sempre participem da organização e definição das pautas. Um exemplo significativo dessa articulação é a relação com a Marcha Mundial das Mulheres, destacada pelas próprias integrantes do Movimento.

As ações do 8 de março não se restringem ao Setor de Gênero, envolvendo todos os setores do MST, o que demonstra a transversalidade da pauta e sua importância estratégica. Essa data representa o momento mais relevante de mobilização das mulheres do Movimento, pois é quando definem suas reivindicações conforme a conjuntura política, denunciam as problemáticas enfrentadas no campo e evidenciam os projetos de “des-envolvimento” impostos ao espaço agrário brasileiro. As formas de manifestação adotadas incluem marchas, ocupações e atos realizados tanto em áreas rurais quanto urbanas. Estas últimas, por sua vez, são escolhidas por proporcionarem maior visibilidade às pautas do Movimento e por evidenciarem as contradições e os impactos negativos do agronegócio e do capital sobre o campo.



As ações, manifestações e atos das mulheres refletem o feminismo Camponês e Popular que elas vêm construindo. Esse movimento busca combater não apenas a dominação das mulheres, mas também o racismo e as múltiplas formas de opressão dos seres humanos e da natureza. Nesse sentido, compreende-se a posição que as mulheres proletarizadas ocupam no sistema capitalista e a necessidade de criar novas formas de inserção das camponesas nos espaços que lhes foram historicamente negados.

Federici (2017) afirma que a acumulação capitalista também se estabelece por meio do controle dos corpos femininos. As mulheres Sem Terra, por meio de sua luta histórica, vêm criando alternativas a essa forma de exploração. Assim, a emancipação de suas terras, de seus corpos e de seus territórios ocorre de forma articulada. A construção do feminismo Camponês e Popular, portanto, representa um avanço rumo à unidade da luta das mulheres do campo, quilombolas, indígenas e trabalhadoras rurais. Compreende-se que, por meio da interseccionalidade, é possível estabelecer agendas de luta entre os movimentos sociais que visem à emancipação social.

No contexto das ações internas do MST no estado do Rio de Janeiro, é possível afirmar que as mulheres têm assumido protagonismo nas tomadas de decisão relacionadas às questões de gênero. A participação feminina nas atividades do Movimento é crescente, e essas mulheres vêm projetando suas vozes com cada vez mais força para definir e reivindicar suas pautas. Os movimentos sociais têm desempenhado papel fundamental nesse processo de amplificação da presença feminina na esfera política. Esse avanço reflete diretamente o trabalho do Setor de Gênero, que atua de forma articulada em diferentes escalas dentro do MST, fortalecendo a organização e a visibilidade das mulheres no campo.

A ampliação da participação das mulheres nos diversos espaços do MST configura-se como uma das transformações mais significativas promovidas internamente pela organização. Embora as mulheres já desempenhassem um papel ativo, é por meio de suas lutas que vêm reivindicando uma reconfiguração de sua posição na estrutura social. As ações desenvolvidas pelo Setor de Gênero têm sido fundamentais tanto para a articulação política das mulheres no interior do Movimento quanto para sua inserção em espaços historicamente marcados pela exclusão de sujeitos femininos.

Observa-se, ainda, uma preocupação constante do MST em garantir condições materiais e simbólicas que favoreçam a participação das mulheres nos espaços produtivos. As militantes destacam a importância de fomentar formas de produção autônoma voltadas às mulheres, como



estratégia de fortalecimento de sua autonomia econômica e política. No decorrer desta pesquisa, foi recorrente o relato de que, em todas as áreas de produção, seja na agricultura, na confecção de produtos artesanais ou na produção acadêmica, tornou-se necessário construir redes de apoio específicas para as camponesas, assegurando-lhes condições de permanência e protagonismo nesses espaços.

No que se refere à produção de alimentos, a agroecologia foi incorporada pelo MST nos assentamentos e acampamentos como projeto político e modelo produtivo alternativo. Com o tempo, o Movimento identificou que o pacote tecnológico da Revolução Verde gerava uma relação de dependência dos agricultores em relação às sementes, aos agrotóxicos e ao maquinário, todos controlados por grandes corporações transnacionais voltadas à acumulação de capital nos países centrais.

Nesse contexto, a adoção da agroecologia consolidou-se como estratégia de enfrentamento ao modelo produtivo do agronegócio, promovendo formas sustentáveis de cultivo que não implicam em degradação ambiental. Os assentamentos do MST tornam-se, assim, espaços de experimentação e construção de novas relações sociais e produtivas, nos quais as mulheres desempenham papel central no resgate de práticas agroecológicas historicamente invisibilizadas pelo avanço das monoculturas.

As mulheres do Movimento preservaram e transmitiram saberes agroecológicos por meio das hortas, dos quintais produtivos e da cozinha, garantindo a produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo das famílias. Com a agroecologia assumindo o lugar de modelo produtivo no interior do MST, há uma valorização desses saberes tradicionalmente femininos. Espaços antes considerados privados, como quintais e cozinhas, passam a ser reconhecidos como territórios políticos, de resistência e de manutenção da luta pela terra.

A dimensão da luta das mulheres do MST também se estabelece através da escala corpórea. No corpo, as relações de poder se manifestam e nele também se criam formas de resistência. A luta por emancipação desempenhada pelas mulheres evidencia que a dominação baseada no gênero se estabelece através do corpo. As mulheres do Movimento lutam pela emancipação de suas terras, de seus corpos e de seus territórios. Lutar pela terra no Brasil significa lutar por espaços que constroem resistências à lógica imperialista e capitalista. Pensar corpo-terra-território possibilita construir novas estratégias de luta protagonizadas por mulheres, com base na criação de novas relações sociais que buscam superar a subordinação e a violência sexista.



Conclui-se que as mulheres do MST, ao protagonizarem práticas socioespaciais em múltiplas escalas, não apenas ampliam o alcance da reforma agrária popular, mas também introduzem novas epistemologias na compreensão do espaço agrário brasileiro. Sua luta articula corpo, terra e território como dimensões inseparáveis da emancipação social, reafirmando que a transformação estrutural da sociedade passa pela valorização dos saberes femininos, pela agroecologia e pela construção de relações igualitárias.

**Palavras-chave:** MST; Mulheres, Movimentos sociais, Gênero

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

ALENTEJANO, P. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ALENTEJANO, P. R. R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. 2003. 314 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Rural do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COLLINS, P. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempre Viva Feminista, 2015.

COSTA, M. G. *Agroecologia, (Eco) Feminismos e “Bem-Viver”*: emergências descoloniais no movimento ambientalista brasileiro. Florianópolis, 2017.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. *Mulheres e caças às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MASSON, D. Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres. *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, n. 48, p. 445-459, set./dez. 2006.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, jun. 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, R. *Movimentos sociais e Geografia: sobre as espacialidades da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SILVA, J. M.; CESAR, T.; PINTO, V. Gênero e Geografia Brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. *Revista da ANPEGE*, v. 11, p. 185-200, 2015.